

**A Era do Antropoceno e Contextos de Emergências e Desastres:**  
Reflexões com e a Partir das Populações Tradicionais e Sociedades Indígenas

Yan Leite Chaparro (PPGDL/UCDB e FUNDECT)<sup>1</sup>  
Josemar de Campos Maciel (PPGDL/UCDB)<sup>2</sup>  
Davi Nilo de Jesus (PPGAnt/UFGD e CNPq/PIBIC/UCDB)<sup>3</sup>

O dossiê que segue apresenta variações sobre a escuta e as falas indígenas para uma tomada de posição diante da civilização tecno científica, aquela que abdicou da razão em prol da racionalidade tecnológica, e do sentido em prol do fazer tudo, aqui e agora, sem se importar com a alteridade, nem com a vida do planeta como um ser vivo. Aqui as vozes se encontram na proposição de uma polifonia entre corpos, matos, bichos e espíritos, nas entrelinhas de protestos e de imaginações de mundos possíveis, da protopia do envolvimento entre humanos e não-humanos.

Há muitas leituras sobre o que está acontecendo com as comunidades indígenas, mas poucas leituras a partir das comunidades indígenas, ou com elas. Sobretudo diante da tarefa ingente de pensar o que fazer diante dos desafios climáticos, e ao que a literatura recente vem chamando pelo nome de “Antropoceno” – entendendo uma era na qual a ação da espécie humana passa a ser a mais importante para dar forma ao planeta terra, como um todo (TSING, 2017). Pois aqui queremos dar conta de algumas dessas leituras, brevemente, para tentar organizar um pouco algum material. De partida devemos notar que existe sempre uma tensão entre pensar com e pensar sobre. E de antemão a nossa hipótese analítica é a de que a gestão climática não é uma utopia entre as populações tradicionais, mas uma protopia – com a vênica para o neologismo. Ou seja, antes que a revolução dos metais e dos combustíveis fósseis

---

<sup>1</sup> Pos-doutorando no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande e bolsista pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul. [yanchaparro@gmail.com](mailto:yanchaparro@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande. [maciel50334@yahoo.com.br](mailto:maciel50334@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pela Universidade Católica Dom Bosco. [davi.jesus008@academico.ufgd.edu.br](mailto:davi.jesus008@academico.ufgd.edu.br)



começasse a rasgar o ventre do planeta, alinhando-o como um repositório de recursos para gastar com guerras e pilhas de especulação; e antes que a guerra se transformasse na principal indústria para o desenvolvimento – ou, talvez, sobretudo, antes que o sucesso do desenvolvimento prenunciasse o possível fim deste mundo, como o conhecemos (DANOWSKI; CASTRO, 2017, p. 12) as populações indígenas já possuíam um modo de gerir a sua relação com o ambiente de forma eficaz, criativa e cheia de sentido cosmológico. A tal ponto que, como demonstra o clássico de Afonso Arinos, a imaginação social europeia precisou de um contato com as formas de viver do continente de Abya Yala e de Pindorama, para imaginar utopias – e Tomás More, para cunhar a palavra e levar a fama (FRANCO, 1976). Mas começamos nossa exploração com um exemplo de como a escrita não-indígena, mesmo quando faz um bom trabalho, pode ser capaz de desconsiderar a iniciativa dos povos originários.

## 1. Vítimas do milagre

Shelton Davis (1977) escreve um importante documento, no calor dos anos repressivos da ditadura militar no Brasil. Documenta em livro a relação entre a narrativa do desenvolvimento, que é considerado uma marcha inexorável, ligada à doutrina geopolítica segundo a qual é preciso ocupar todo o território com populações identificadas com o ideário nacionalista e militarista (ah, o ideário do “ocupar para não entregar”). As populações indígenas, com seu modo de vida peculiar, com seus outros tempos e com suas tecnologias diferentes, vão sendo assimiladas, ou afastadas para longe do desenvolvimento, de suas marchas e de suas continências. A presença desses povos é considerada incômoda. No final das contas, as populações indígenas brasileiras são apresentadas como vítimas, pelo Autor, não sem razão. Mas não com toda razão, por outro lado.

O texto é importante como denúncia e rico de dados. Ainda é leitura recomendada, sobretudo como vacina contra negacionismos. Mas no fundo paira ali uma concepção negativa, em relação a populações inteiras, que são apresentadas como se não tivessem protagonismo. Além disso, aparece uma marca importante na consideração das populações. Mesmo sabendo que as comunidades indígenas são sofisticadas o suficiente para ter seus próprios sistemas de vida, a visão evolucionista mal resolvida de muitos ocidentais, ali parcialmente incorporada, tende a vê-las e a posicioná-las a partir de um lugar não- indígena e mesmo anti-indígena, ou



seja, como povos de alguma forma dignos de tutela, como infantis ou como incapazes de pensamento racional.

A seguir apresentamos alguns modelos de reflexão que as consideram a partir de seu protagonismo, e não a partir de projeções civilizacionais.

## **2. Outra coisa, entre antropofagia e enfeitiçamento**

Michael Taussig é um antropólogo incomum. Na sua escrita mescla arte, etnografia e hermenêutica filosófica. Sua leitura das populações indígenas depende muito de Friedrich Nietzsche e de sua denúncia dos abismos da ufanista modernidade; de Walter Benjamin, o apaixonado pelo anjo da história, e de autores ditos pós-modernos. Mas possui ainda algo de genial, a busca de uma escuta de discursos e perspectivas de protagonistas indígenas em seus próprios méritos, e em suas próprias condições de enquadramento teórico.

Assim, na leitura de Taussig (1993), as populações indígenas – sobretudo as amazônicas, seus sujeitos mais dedicados, mas também as moradoras de franjas urbanas, estudadas por ele, no México e Colômbia, são apresentadas como mestras da improvisação em alta escala. Ou seja, além de possuírem um modo de vida, as populações indígenas possuem uma capacidade para adaptar-se, recriar e replicar modos de vida, na era da reprodutibilidade técnica, a partir de práticas que espantam os povos que se aproximam deles com as violências do traçado de fronteiras, com as fronteiras dos conhecimentos válidos, ou com o silenciamento das falas, posturas e comportamentos canonizados. Semelhante ao que as populações afro realizaram no Brasil, eles tomam posse de parte dos movimentos demonizatórios que lhes são dirigidos, para criar formas de aproximação com limites bem demarcados, em relação aos não-indígenas. Assim o fazem com substâncias e com práticas sociais, como a feitiçaria, por exemplo.

Taussig, em um livro – manifesto (TAUSSIG, 2020), ainda vai além da caracterização algo irônica, ou próxima da antropofagia cultural, dessas populações. Ele desenvolve o conceito de “maestria da não-maestria”. Populações indígenas, em sua lida com o ambiente e com populações mais tecnificadas e agressivas, são mestras em não ser mestras, ou seja, sabem não – saber, saboreiam a sua parcial ignorância em relação a diversos problemas e, assim, conseguem aprender e posicionar-se. É importante enfatizar que, aqui, o contato com



populações receptivas e criativas em relação aos campos, fluxos e ritmos do ambiente, expõem para o mundo (que se quer) reflexivo a condição de violência da técnica ocidental. Ela está a serviço da destruição, tem pressa, não tem complacência e pode vir a dobrar-se apenas na medida em que a ciência mais sensível à alteridade, prófuga das planilhas de cálculo e infensa às generalizações, literalmente para, detém-se, para ouvir e para refazer as coordenadas da marcha.

Isso é algo parecido, guardadas as devidas proporções, com o que realiza Eduardo Viveiros de Castro, em sua recuperação da sofisticada trama de conceitos subjacente ao por ele denominado perspectivismo ameríndio. O ambiente, o mundo, precisa de espíritos, forças e energias, para se manifestar e integrar em toda a sua pujança. Se os indígenas possuem seus *Jara*, os espíritos ancestrais nos animais não-humanos, nós, os iluminados capitalistas possuímos o nosso *Mercado*, algo tão indefinido quanto. Mas com uma transparência muito menos interessante.

### 3. Envolvimento

Nada aconteceu, apenas estamos mortos, observam Viveiros de Castro e Deborah Danowsky (2017), sobre a poética cinematográfica do filme “Cavalo de Turim”, de Bella Tar. As coisas da vida simplesmente prosseguem, escapam às mãos e exigem reorientações. E, como poder atravessar os escombros já vividos pela era do Antropoceno?

É a partir desta pergunta que nosso ensaio busca tecer uma conversa em relação a dois caros conceitos/ações para nossas pesquisas com as sociedades indígenas, as populações tradicionais e os coletivos urbanos, que são os conceitos/ações do envolvimento (CHAPARRO e MACIEL, 2019) e da hospitalidade (MACIEL, 2021), articulado com a perspectiva em movimento de Taussig (1993), que entende, a partir das falas de pajés, que aqui se trata de uma condição humana, ou seja, de indígenas que encarnam o que resta de humano na humanidade, e que se dão a tarefa de atravessar o terror. Tarefa esta humanizante, daí o seu recorte ontológico, ao mesmo tempo em que se mostra narrativo, epitelial, no atravessamento teórico e nos caminhos por dentro da selva nublada, cambiante, ameaçada por madeireiros e garimpeiros sem rosto. Os povos subalternizados não se deixam subalternizar, mas imaginam um mundo novo com suas mãos. Resistem, criam e ressignificam, fazem arte, enfeitam e



encantam-se. Há que sentar-se para ouvir esta forma não oficial, mas eficiente, de sobreviver, para descortinar as formas como povos originários convivem com o ambiente sem violentá-lo.

O caminho que se faz, segue os traços de pluralismo que se contrapõe a iniciativas homogeneizantes, que sujam o Antropoceno com suas manchas (TSING, 2019). O projeto é a produção de territórios de alteridades. Com isso podemos ensaiar o tecimento de relações e vínculos, redes de relações entre humanos, e entre humanos e não-humanos, que podem resistir e formar caminhos por entre as catástrofes vividas, ou melhor, produzir realidades coletivamente, com a máxima consciência do que é produzido pelos corpos de quem produz.

Como um ato de levantar territórios de alteridades, a conversa entre o envolvimento e a hospitalidade, é uma ação para se espalhar por entre práticas cotidianas, e substanciar contextos e coletivos, pois é no cotidiano que acontece o real. Apreendendo principalmente com os territórios onde o envolvimento e a hospitalidade já são velhos conhecidos, as sociedades indígenas, as populações tradicionais e os coletivos urbanos muitas vezes marginalizados, para poder desmembrar a invenção branca de desenvolvimento (CHAPARRO e MACIEL, 2019) que historicamente destrói humanos e não-humanos, e alimenta a era do Antropoceno.

O conceito/ação de envolvimento é uma construção coletiva e de deriva totalmente indígena. Diante do fascínio de não-indígenas com os arcos de narrativas aceleradoras, lideranças como o professor/pesquisador Kaiowá Eliel Benites<sup>4</sup> constroem a noção de envolvimento, contrapondo a linearidade da história ocidental com as cosmologias cíclicas das populações indígenas. Além disso, a ideia de que tudo se desenvolve num palco de dança cósmica, embebido em óleo de urucum e fumaça de cachimbos sagrados, ao redor de uma fogueira, é uma contraposição ferozmente criativa à invenção branca de desenvolvimento, noção esta ora pavimentada com cimento, ora refletida em vidros e aços, mas sempre anestesiada com abuso de álcoois e de fumos, muitos fumos. Pois o envolvimento é o movimento radical de enlaçar o desenvolver, de refazer a circularidade das retas artificiais. É o ponto de inflexão fundamental, que desnuda a ruptura entre natureza e cultura dos modernos, acontecimento histórico que substancia um projeto de sociedade que desencadeia toda história de terror vivida hoje pelas populações que tiveram que suportar as narrativas de expansão, e

---

<sup>4</sup> Eliel Benites é doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, professor e diretor da Faculdade Intercultural Indígena – FAIND/UFGD.



agora preparam-se para disputar espaço com as novas violências que as narrativas do Antropoceno vêm a sugerir.

Então, é necessário envolver o desenvolver. Enquadrar as ações evangelizadas pela tecnocracia em contextos mais amplos de consideração pelo bem comum, pela voz do ambiente e de seus seres vivos e ativos. Ações como esta relacionam-se desde o seu princípio com a conquista de algo básico, distribuído e conquistado para e entre todas as populações, para que qualquer pessoa possa viver uma vida com dignidade. O envolvimento é o princípio da hospitalidade e possui a singular potencialidade de produzir caminhos para além das desigualdades sociais, políticas, econômicas e ambientais compreendidas hoje como realidades construídas historicamente no Ocidente. Isso acontece haurindo recursos ligados ao pertencimento, que provém da iniciativa ancestral, da escuta dos espíritos da comunidade, das florestas, dos rios e mesmo das rochas, em sua paciência milenar. É urgente incorporarmos estas novas formas de racionalidade, para produzir realidades que resistam às violências sobre humanos e não-humanos.

Os textos que seguem, em comunhão com as novas vozes indígenas, encantadas e ancestrais, defendem uma demanda por ação inclusiva e sensível, que conecta, em rede de alteridades, coletivos que propõem modelos e modos de vida que contrapõem, ao mesmo tempo que retomam o direito de não se posicionar mais como subalternos. Nesse momento, podemos compreender que o envolvimento, nossa prototopia inspirada à racionalidade indígena, é um processo que aglutina e aperfeiçoa vetores e dimensões subjetivas e materiais do tecimento do real.

São muitas as pesquisas hoje na América do Sul que buscam saídas entre os escombros do Antropoceno, e muitas dessas pesquisas apontam como conclusão final, o manejo tecnológico, ou seja, a institucionalidade do envolvimento, nas relações entre natureza e cultura das populações tradicionais e das sociedades indígenas, como sendo experiências materiais, paradigmáticas, para atravessar o Antropoceno. Essas populações apresentam-se, e são de fato acolhidas e compreendidas como guardiãs das palavras sagradas, palavras pronunciadas pelas hierarquias complexas de povos que se respeitam. Como guardiãs das florestas e dos rios, e detentoras de um vasto arcabouço de conhecimentos sobre a permanência dos mundos, ou melhor, como constituindo saídas para que o céu não caia. Antes, é o esforço titânico das costas de xamãs, que seguram o céu, para que ele não desabe, mais uma vez (KOPENAWA; ALBERT,





2015). Trata-se de adiar o fim do mundo, mas não o fim de um mundo esclerosado, este que criamos a partir da violência (KRENAK, 2019).

É preciso ouvir as populações que historicamente administram a realidade pautadas em circuitos interativos de alteridades entre humanos e não-humanos, e resistem e persistem sendo quem são, mesmo com o histórico processo de colonização que abriu as portas para a era do Antropoceno – que nada mais é senão um desgaste do modelo grotesco do extrativismo total. De bens, de almas, de paz e de sonhos. Por isso, é necessário sempre pensar o Antropoceno a partir do território da América do Sul, um dos epicentros do processo. Mas como produzir reorientações dentro da era do Antropoceno, em um território diverso habitado hoje também pelos modernos?

Neste momento entra uma parte do conceito/ação de hospitalidade com a potencialidade de incluir e refazer alteridades que a invenção branca de desenvolvimento usurpou. Inclusão para que o envolvimento possa percorrer entre diversos contextos do cotidiano, e para isso três perspectivas teóricas e metodológicas tomam a frente, o Psicodrama (MORENO, 1975), a pesquisa Heurística (MOUSTAKAS, 1990) e a Psicologia da Libertação (MARTIN-BARÓ, 2006). Trata-se de processos de ação com o teor dialético e fenomenológico, que abrem o campo para a produção individual e em grupo de afetividades, sensibilidades e racionalidades.

É uma emergência envolver o desenvolver, para um caminho de produção de territórios e corpos que atravessem o Antropoceno, fomentando movimentos que atingem todas as dimensões do mundo vivido: social, político, econômico e ambiental, que acontecem intimamente no campo subjetivo e material. Quem sabe, a superação do antropoceno, com todas as suas tristes nuances, seja a redescoberta de uma nova base para um outro holoceno.

Latour (2020), ao propor um novo diagrama para a era do antropoceno, explicita uma imagem marcante, a diferença entre os Terranos e os Humanos. Terranos são aqueles que querem a Terra como lugar para habitar, e se esforçam subjetivamente e materialmente para isso. Os Humanos, por sua parte, são aqueles que já se esqueceram da Terra há muito tempo, substituindo-a pela sua imaginação tecno científica baseada no dualismo entre natureza e cultura, típico do projeto da modernidade. Aqui também há uma ressonância com a proposta deste dossier. Não se trata do retorno a um passado, mas da superação de um presente que já nasceu fadado a dissolver-se em sua própria matriz de contradição. Mais que desenvolver, há



que criar condições de escuta, para que o envolvimento de todos os povos se articule com uma acolhida possível dos pluralismos de sistemas de vida, sem que o planeta precise soçobrar.

## Referências

CHAPARRO, Yan; MACIEL, Josemar. 2019. *Este é o nosso corpo, a terra: caminhos palavras Avá Guarani/Ñandéva para além do fim do mundo*. Ponta Grossa, Editora Monstro dos Mares.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO. 2017. Eduardo. *Há um mundo por vir?: ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis, Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental.

DAVIS, Shelton. 1977. *Vítimas do milagre. O desenvolvimento e os índios no Brasil*. Tradução de Jorge Alexandre Fauré Pontual. Rio de Janeiro, Zahar.

FRANCO, Afonso. 1976. *O índio brasileiro e a revolução francesa. As origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de uma xamã Yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras.

KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Editora Schwarcz.

LATOUR, Bruno. 2020. *Onde aterrar?: como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro, Editora Bazar do Tempo.

MACIEL, Josemar. 2021. *Hospitalidade e desenvolvimento: por uma pequena conversaõ*. Porto Alegre, Editora fi.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. 2066. *Hacia una psicología de la liberación*. *Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, Madri.1(2): 7-15.

MORENO, Jacob. 1975. *Psicodrama*. São Paulo, Cultrix.

MOUSTAKAS, Clark. 1990. *Heuristic Research: Design, Methodology, and Applications*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

TAUSSIG, Michael. 2020. *Mastery of non-mastery in the age of meltdown*. Chicago and London, The University of Chicago Press.

TAUSSIG, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o*





*terror e a cura*. São Paulo, Paz e Terra.

TSING, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília, IEB/Mil Folhas, 2019.

### **Agradecimentos**

Gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento à Fundect e ao CNPq pela inestimável colaboração em nossas duas pesquisas individuais. O apoio concedido por ambas as instituições foi de fundamental importância para o êxito de nossos projetos. Agradecemos sinceramente pelo suporte contínuo e pela oportunidade de avançarmos no campo da ciência e tecnologia.